

De muitas histórias para uma sócio-história do português: um manuscrito oitocentista e uma experiência metodológica

From many stories to a socio-history of Portuguese: a 19th century manuscript and a methodological experience

Adilson Silva de Jesus 

Emília Helena Portella Monteiro de Souza 

Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil.

E-mails: adilsonsj@ufba.br; emiliahelena.pm@gmail.com

Editores-chefes

Marcus Dores
Célia Lopes

Editores convidados

Huda Santiago
Pedro Daniel Souza

Dossiê

Diálogos entre a
Sócio-História do
Português e a História
Social da Cultura Escrita

Recebido: 06/01/2023

Aceito: 03/07/2023

Como citar:

JESUS, Adilson Silva de;
SOUZA, Emília Helena
Portella Monteiro de. De
muitas histórias para
uma sócio-história do
português: um manus-
crito oitocentista e uma
experiência metodológica.
Revista LaborHistórico, v.9,
n.2, e56386, 2023. doi:
[https://doi.org/10.24206/
lh.v9i2.56386](https://doi.org/10.24206/lh.v9i2.56386)

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar uma experiência metodológica, pautada na interface entre os estudos linguístico-filológicos e a História Social da Cultura Escrita, realizada a partir da edição semidiplomática do Livro de Razão do Campo Seco, manuscrito produzido entre 1794 e 1838, por três pessoas da família Pinheiro Canguçu (Antônio Pinheiro Pinto, Inocêncio José Pinheiro e Miguel Joaquim de Castro Mirante) em Bom Jesus dos Meiras, atual cidade de Brumado. Para tanto, caracteriza-se, brevemente, o contexto de formação e difusão do português brasileiro, destacando a importância do diálogo interdisciplinar como um recurso profícuo na reconstituição da história da língua portuguesa. Os resultados obtidos revelam um novo olhar sobre as fontes, com ênfase na elaboração do perfil de quem escreveu e sua posição na comunidade, além de indicar solução para o aspecto da representatividade das fontes. Além disso, é possível reforçar informações sobre o fator escolarização, conhecimento essencial para a compreensão da polarização linguística do Brasil.

Palavras-chave

Experiência metodológica. Estudos linguístico-filológicos. Cultura escrita. Livro de Razão. Escolarização

Abstract

This article aims to present a methodological experience, based on the interface between linguistic-philological studies and the Social History of Written Culture, based on the semi-diplomatic edition of the Livro de Razão do Campo Seco, a manuscript produced between 1794 and 1838 by three members of the Pinheiro Canguçu family (Antônio Pinheiro Pinto, Inocêncio José Pinheiro and Miguel Joaquim de Castro Mirante) in Bom Jesus dos Meiras, present-day Brumado. To this end, the context of formation and dissemination of Brazilian Portuguese is briefly characterized, highlighting the importance of interdisciplinary dialogue as a fruitful resource in the reconstitution of the history of the Portuguese language. The results obtained reveal a new look at the sources, with emphasis on the elaboration of the profile of the person who wrote and their position in the community, in addition to indicating a solution for the aspect of representativeness of the sources. In addition, it is possible to reinforce information about the schooling factor, essential knowledge for understanding the linguistic polarization in Brazil.

Keywords

Methodological experience. Linguistic-philological studies. Written culture. Book of Reason. schooling

Introdução

No livro *Conversas com Linguistas*, organizado por Antonio Carlos Xavier e Suzana Cortez, José Luiz Fiorin afirma não ser possível conhecer o homem, sem conhecer a linguagem, alertando então que, nessas circunstâncias, “(...) a língua é, de certa forma, a condensação de um homem historicamente situado” (Xavier; Cortez, 2003, p. 72). Partindo dessa ideia e pensando no contexto de composição do nosso país, conclui-se que entender “o homem brasileiro historicamente situado” é uma tarefa árdua e ampla, tendo em vista que a constituição populacional de nossa nação é caracterizada pela diversidade social, cultural e linguística. Por essa razão, a abordagem da sócio-história da língua portuguesa deve assumir o caráter interdisciplinar, a fim de se compreender as diferentes experiências históricas compartilhadas pelos grupos que atuaram na constituição histórica do português brasileiro.

Com esse objetivo, o presente artigo, por meio da edição semidiplomática do Livro de Razão do Campo Seco, manuscrito oitocentista baiano, busca demonstrar como o diálogo entre a História Social da Cultura Escrita e os estudos linguísticos-filológicos revelou-se possível e profícuo na resolução de questões metodológicas relativas à representatividade da fonte, à identificação dos *scriptores* e à posição deles na comunidade, fatores cruciais na elaboração de estudos históricos de uma língua.

Um breve recorte sobre o contexto de formação e difusão da língua portuguesa

Afirma Houaiss (1985) que o “português brasileiro nasce com diversidade” (Houaiss, 1985, p. 91). Refletindo sobre essa questão, Mattos e Silva (2004, p. 21) destaca que o português brasileiro não apenas nasce com diversidade, mas vive e convive com ela, tanto regional como social, apontando para a necessidade de uma reconstituição detalhada do “encontro politicamente assimétrico entre a língua portuguesa com muitas línguas autóctones e as diversas línguas aqui chegadas [...]” (Mattos e Silva, 2004, p. 11). Para entender esses dois aspectos, é importante pensar na ocupação territorial do país e nos “atores” que fizeram parte dessa cena sociolinguística.

Ao discorrer sobre os aspectos da história socioeconômica e linguística do Brasil, Faraco (2018) elenca, sinteticamente, fatores os quais caracterizam a heterogeneidade que perpassa a história de nossa língua. Diz o autor:

A progressiva unificação territorial que a descoberta do ouro proporcionou; o deslocamento de grandes contingentes populacionais para a região aurífera; a vinda maciça de portugueses metropolitanos; as redes comerciais que se criaram para o abastecimento das Minas Gerais (unindo o Centro, o Nordeste, o Sul, São Paulo e o Rio de Janeiro e, assim, favorecendo o trânsito inter-regional da língua portuguesa); o estabelecimento de uma sociedade urbana em grau até então nunca visto nos espaços coloniais (o que fez surgir e crescer um segmento socioeconômico médio e letrado praticamente inexistente nos séculos anteriores) – todo esse novo quadro econômico e social teve um impacto duradouro na história da língua portuguesa no Brasil, seja em sua dimensão dita culta, seja em sua dimensão dita popular. (Faraco, 2018, p. 29)

O contexto exposto por Faraco (2018) descreve muito bem o que Mattos e Silva (2004) definiu como “esta área americana, multilíngue de origem, ainda mais complexa linguisticamente” (Mattos e Silva, 2004, p. 11), e contribui para entendermos como se deu a passagem de um país multilíngue para um país de perfil sociolinguístico polarizado e plural. Assim, ainda segundo o referido autor, ganham destaque,

na formação da sociedade brasileira, centros propulsores, resultantes de processos diversificados e conectados entre si (Faraco, 2018, p. 24). Consequentemente, a dinâmica colonial estabeleceu ilhas socioeconômicas entre os séculos XVI e XVII, criando conexões regulares no século XVIII. Destaca ainda os principais centros econômicos responsáveis pela ocupação territorial do Brasil: São Vicente, São Paulo, Olinda, Recife, Salvador, São Luís e Belém (Faraco, 2018, p. 25-27).

Nesse cenário, mobilizado pelas diferentes atividades econômicas que atraíram o colonizador – mineração, agricultura e criação de gado –, houve um constante fluxo migratório interno, fomentando a criação de vilas e, posteriormente, de cidades, sobretudo nos lugares mais

distantes, promovendo a chegada de escravizados em diferentes espaços do território brasileiro, principalmente no século XVIII, com a descoberta do ouro (Mattos e Silva, 2004). Para além da ocupação territorial, esse contexto impulsionou a constituição do multilinguismo generalizado, predominante no Brasil até a primeira metade do século XVIII, de acordo com Mattos e Silva (2004). Na segunda metade do período setecentista, destaca Mattos e Silva (2004, p. 20-21), a emergência de uma língua nacional condicionada pela política linguística do Marquês de Pombal, que definiu o português como língua da colônia, além dos aspectos relativos à miscigenação e ao contato de “falantes de variedades diatópicas distintas do PB em gestação”, em decorrência do auge do ciclo da mineração (Lobo, 2018, p. 54).

Há, nesse período, a passagem de um multilinguismo generalizado para o multilinguismo localizado que se estabeleceu “a depender da conjuntura histórica local dos séculos anteriores” (Mattos e Silva, 2004, p. 20). Do contato entre línguas e da aquisição irregular do português emerge o português popular brasileiro (Lucchesi, 1994; Mattos e Silva, 2004; Faraco, 2018), compondo, conforme Lucchesi (1994), a polarização sociolinguística brasileira (português popular e português culto), motivada, sobretudo, pelas questões socioeconômicas preponderantes no período colonial. Enquanto a vertente popular identificava os escravizados e a população pobre, especialmente, no interior, local de maior concentração de grande parte dessa população, no período colonial (Lucchesi, 2004), a vertente culta esteve sob os cuidados de uma elite colonial.

Partindo da ideia de que “[...] a vida social supõe uma língua compartilhada, e esta conserva em si os vestígios da história comum” (Martin, 2003, p. 136), buscar uma aproximação da sócio-história da língua portuguesa é, essencialmente, entender a diversidade sociocultural constituinte da identidade múltipla de nosso país. Sendo assim, a Linguística Histórica, que “[...] durante décadas voltou-se quase que exclusivamente para a história interna das línguas” (Abreu, 2011, p. 43), tem dialogado com diferentes áreas do saber, a fim de estabelecer uma metodologia capaz de integrar a história interna e externa da língua (Faraco, 2005, p. 63).

O diálogo interdisciplinar e o estudo da sócio-história da língua portuguesa

A caracterização descrita anteriormente evidencia a necessidade de estudos diversos para a compreensão da sócio-história da língua portuguesa do Brasil. Paixão de Souza (2006, p. 13), ao abordar essa questão, destaca o problema metodológico da falta de acesso direto aos processos linguageiros. Para suprir a impossibilidade da “observação imediata” do fenômeno linguístico, aponta a autora duas alternativas principais aos estudos históricos: o recurso à documentação, e o recurso à reconstrução, que chamaremos aqui de reconstituição.

O acesso aos documentos remanescentes do passado, receptáculos de dados linguísticos e socioculturais, não é tarefa simples e automática. Quando vencida essa etapa, o pesquisador depara-se com a necessidade de preparar o manuscrito, elaborando edições seguras, para que a coleta dos dados da língua seja viável. Essa circunstância demonstra a estreita relação entre a Linguística Histórica e a Filologia, uma vez que, “editar um texto significa estabelecer ou fixar uma forma específica de divulgá-lo” (Cabraia, 2012, p. 299), isto é, escolher a melhor forma de tornar um texto acessível a um determinado público.

Acerca do recurso da arquitetura filológica, sabe-se que não é nada fácil o trabalho de quem se debruça sobre textos antigos. Quanto mais se recua no tempo, maior é a complexidade para se obter as informações contidas nos documentos. Nessas condições, cabe, como lembra Labov (1982, p. 20) “[...] fazer o melhor uso dos maus dados”, uma vez que, até mesmo, “os documentos escritos que nos parecem, tantas vezes transparentes e de fácil compreensão, nos ameaçam com armadilhas diversas embutidas em cada palavra” (Lopes *et al.*, 2017, p. 96). A Filologia, nesse contexto, revela-se como um instrumento muito importante, como ensina Telles (2016):

A Filologia Textual é, cada vez mais, comprovadamente, um instrumento de grande importância para o estudo linguístico. Assim, é o texto que nos leva aos dados da língua. Desde os primórdios dos estudos da linguagem até finais do século XIX, tem sido o texto o documento para o estudo dos fatos de língua. Para grande parte desses dados, é necessário fazer o estabelecimento do texto [...] (Telles, 2016, p. 195).

O estabelecimento do texto, enfatizado por Telles (2016), consiste em prepará-lo para divulgá-lo, atendendo aos critérios pré-estabelecidos. Ou ainda, como nos ensina Cabraia (2012, p. 294), “ocupar-se de um texto de forma mais ampla possível, articulando diferentes aspectos em prol de uma compreensão mais ampla e profunda de seu significado”.

Quanto ao recurso da sólida preparação do investigador para a interpretação dos fatos de língua presentes no texto escrito, comenta Maia (2012):

Por outro lado, o filólogo que pretenda estabelecer uma edição deve possuir boa formação linguística e sólidos conhecimentos da língua e da sua história, a fim de saber tratar as variantes linguísticas oferecidas pelo texto. Se a língua é variável em qualquer momento da sua trajetória no tempo, o editor não pode, na sua transcrição, desprezar a variação manifestada no texto, devendo, também na questão do desdobramento de abreviaturas, ter presente a variação que a língua da época podia apresentar em qualquer nível linguístico. Para que esse texto possa vir a servir de fonte para o estudo e conhecimento da história da língua, a edição deve refletir fielmente a variação linguística presente no manuscrito, uma vez que atualmente no estudo histórico da língua não é possível deixar de considerar os seus efeitos. (Maia, 2012, p. 540).

Reconstituir o texto em sua forma genuína é o objetivo de quem se propõe a editá-lo, por isso tal atividade exige uma relação de complementaridade entre a Linguística e a Filologia. Entretanto, vale lembrar que “os editores, na prática de seu trabalho, não alcançam o ‘verdadeiro texto’, mas sim aquele que dele mais se aproxima” (Santos, 2006, p. 38). O caminho para se aproximar do texto em sua forma fidedigna é garantir critérios claros para as edições, por intermédio do labor filológico.

Contudo, não basta só editar o texto, o historiador da língua precisa lidar com a questão dos filtros para evitar análises e afirmações equivocadas. Para tanto, faz-se necessária, nas palavras de Lobo (2009, p. 312):

[...] a reconstrução da estrutura social da comunidade “de fala” e a identificação da posição social dos que escreveram no passado. Em outros termos, não bastava editar textos escritos no Brasil e, desavisadamente, tomá-los como representativos de um português brasileiro, já que, no Brasil do passado, a pena esteve nas mãos de portugueses, “brancos” brasileiros africanos, índios e imigrantes – todos, com maior ou menor perícia, escrevendo em português. Dentre as diversas questões a enfrentar, uma sobressaía-se: era preciso identificar, o mais precisamente possível, “quem” escreveu. (Lobo, 2009, p. 312).

Para Lobo (2009), o detalhamento no processo de reconstituição da sócio-história linguística brasileira reside em dois procedimentos fundamentais: identificar quem escreveu e a sua posição na sociedade. Os estudiosos da língua, ao longo dos anos, têm buscado diversos mecanismos para oferecer respostas a essas questões, e a História Social da Cultura Escrita entra nesse diálogo justamente por apontar

perspectivas de estudos acerca da história do texto e suas particularidades, ampliando as informações sobre os *scriptores* e o fator escolarização, dados importantíssimos para a compreensão da diversidade linguística do Brasil. Logo, é no entrecruzamento entre documentação e a reconstituição que os laços entre as áreas do conhecimento aqui mencionadas se estabelecem.

História Social da Cultura Escrita e os estudos linguístico-filológicos: interface

Pretende-se, nesta seção, apresentar de que maneira a História Social da Cultura Escrita, doravante HSCE, pode contribuir para a ampliação do conhecimento sobre o mosaico linguístico do nosso país.

Para que a interface entre a HSCE e os estudos linguísticos-filológicos seja válida e possível, é importante entender o campo de pesquisa baseando-se no alargamento das concepções de História, Cultura e Escrita, emergentes no século XX, e reconhecer qual a função dele nessa relação. A compreensão de como esses conceitos foram ampliados remonta ao contexto do século XIX. No referido século, os historiadores estiveram ligados a uma perspectiva de estudos centrada nos grandes eventos. Desse modo, o conceito de cultura também estava restrito à “grande arte e obras literárias”, por exemplo, mantendo o curso do paradigma historiográfico.

A manutenção desse paradigma significou desconsiderar as histórias parciais, localizadas nos eventos cotidianos, limitando o alcance das pesquisas da época. O conceito de cultura, nesse caso, não dialogava com a perspectiva antropológica. Predominava o que Roberto DaMatta (1999) denomina de dualidade do conceito de cultura. Para o autor, existia a cultura com “C” maiúsculo e a cultura com “c” minúsculo. Essa referente a toda relação e produção do homem em seu cotidiano, aquela referente à cultura valorizada pelos estudos do período. Assim, eram apreciadas as produções da chamada grande arte em detrimento da cultura popular, ou seja, existia o apagamento das culturas vistas como subalternas.

Há de se observar, porém, que inquietações historiográficas provocaram alterações significativas na perspectiva do paradigma tradicional, tendo como um dos agentes dessa mudança os historiadores da Escola dos Anais, que trouxeram para o debate novos estudos, propondo novos modelos e métodos de pesquisa. Nesta ebulição de mudanças, destacam-se os Estudos Culturais, ganhando mais visibilidade nas décadas de 70 e 80 do século XX. No âmbito desse frescor teórico, o conceito de cultura passou a ser visto sob a ótica da Antropologia, ampliando significativamente as pesquisas e, conseqüentemente, as fontes, diversificando as instâncias geradoras e produtoras da cultura, os suportes, os meios de circulação, e os sujeitos produtores e receptores.

Nessa conjuntura de transformações e de alargamento das possibilidades de estudos, surge a HSCE, como forma específica da História Cultural, centrada nos

testemunhos escritos de qualquer índole, ratificando o seu papel interdisciplinar. Nota-se que o eixo norteador dessa nova área de pesquisa é justamente identificar e analisar as relações entre escrita e sociedade, as conexões da materialidade do escrito, sua produção, seu uso e suas funções. Nesse sentido, para Galvão (2010, p. 218), “a cultura escrita é o lugar – simbólico e material – que o escrito ocupa em/para determinado grupo social, comunidade ou sociedade”.

Por essa perspectiva, o escrito não se encerra no momento em que o autor lhe dá um ponto final. Novos sentidos, quando o texto entra em contato com o receptor, seja através da leitura, a recepção clássica, ou recorrendo-se à audição (leitura em voz alta para quem não sabe ler), são estabelecidos. A escrita é, sob esse novo ângulo, processo e, por isso, a análise de um testemunho deve ir além, atentando-se para o que ensina Cardona (1986, p. 11), “a escrita pode ser o que somos capazes de ler nela.”¹

O linguista-historiador, ao dialogar com a HSCE, a fim de alcançar uma análise aproximada do contexto social brasileiro, deve usar fontes representativas das práticas, dos discursos e das representações, produzidas e difundidas em diferentes espaços, por várias pessoas e grupos sociais. Para Petrucci (2003, p. 7-8), o caminho indicado é ocupar-se da história da produção, das características formais e dos usos sociais da produção dos testemunhos escritos, devendo, para tal, responder, para qualquer tempo histórico, às habituais perguntas consideradas pela Paleografia ao estudar o objeto escrito (**o que** se escreve? **quando** se escreve? **onde** se escreve? **como** se escreve?) e às novas perguntas delineadoras das fronteiras entre Paleografia e HSCE, ou ainda como chamam alguns teóricos, a nova forma de fazer Paleografia, que direcionam o interesse para o sujeito (**quem** realizou a escrita?) e para a função social da escrita (e **para que** realizou).

É esse olhar para o sujeito da HSCE que dialoga com os estudos linguísticos e se mostra profícuo para a sócio-história da língua portuguesa, porque contribui para a reconstituição dos perfis de quem detinham a pena no passado e, de diferentes maneiras, tiveram acesso à escrita. Não é um processo simples, todavia representa o percurso defendido tanto por historiadores da área quanto por linguistas. Viñao Frago (1996, p. 42-43) defende que todo pesquisador, ao utilizar a HSCE, independente do campo de estudo de origem e da formação, “precisa incorporar conhecimentos e estudos gerados por vários campos acadêmicos e institucionais”.

Responder às questões propostas por Petrucci (2003) significa localizar o texto dentro de seu contexto histórico, material e cultural, com o intuito de recriar a sócio-história das práticas de escritas em sociedades pretéritas. Sendo a escrita elemento importante para o desenvolvimento social de comunidades detentoras do domínio

¹ La escritura puede ser todo aquello que nosotros seamos capaces de leer en ella” (Cardona, 1986, p. 11).

de tal tecnologia, é necessária a interpretação das fontes textuais como documentos culturais, isto é:

documentos que não podem estar separados das condições e circunstâncias de sua produção e consumo e estão entrançados nas práticas sociais, processos institucionais, na política, na economia, portanto, os significados dos textos não podem ser tratados de maneira independente da corrente e das operações mais amplas da cultura no qual o texto existe (Lewis, 2006, p. 35).

Apesar de saber que trabalhos no campo da Linguística Histórica há algum tempo consideram o cuidado com o controle de informações sobre o texto e seus *scriptores*, a perspectiva da HSCE aumenta as possibilidades de se chegar a mais informações, oferecendo suporte para o pesquisador reconstituir o que Castillo Gómez (2003) denomina de tempos do escrito: aquisição, produção, recepção e conservação do testemunho.

O *tempo da aquisição* corresponde ao período no qual se tem acesso à competência gráfica, observando as condições sociais nas quais ocorreu a apropriação da capacidade de escrever. Trata-se, conforme o referido autor, do processo de historicizar as práticas de alfabetização, não mais apenas considerando a via institucional. O *tempo de produção* representa as circunstâncias e contextos que intervêm no processo da produção escrita, examinando os aspectos materiais, gráficos e históricos envolvidos em cada contexto. No *tempo da recepção*, há uma mudança de protagonismo: o autor, antes sujeito central, cede lugar ao leitor, isto é, a forma material pode orientar as expectativas de significados do texto, mas o sentido dado a estes estará diretamente ligado às circunstâncias atuantes no ato da recepção, o que, de certa forma, está sujeito à circulação do testemunho. E, por fim, no *tempo da conservação*, deve-se investigar a política da memória através dos discursos, dos indivíduos e das instituições que historicamente exercem jurisdição sobre o patrimônio escrito, a saber: os espaços públicos e privados onde se conservou a memória escrita (Castillo Gómez, 2003, p. 116-122).

Respeitando esses aspectos, a reconstituição do perfil de um *scriptor* do passado e da estrutura social de sua comunidade pode ser realizada, optando-se por uma ou por um conjunto das diferentes dimensões, como propõe Galvão (2010):

- i. estudar as instâncias ou instituições que ensinam ou possibilitam a circulação do escrito em certas épocas e em certos locais;
- ii. fazer uma história dos objetos que lhe dão suporte;
- iii. estudar os suportes por meio dos quais ela é difundida e ensinada;

- iv. focalizar os sujeitos que, em suas vivências cotidianas, constroem historicamente os lugares simbólicos e materiais que o escrito ocupa nos grupos e nas sociedades que os constituem (e que, ao mesmo tempo, ajudam a constituir);
- v. investigar os meios de produção e transmissão das múltiplas formas que o fenômeno assume. (Galvão, 2010, p. 219-221).

Sinteticamente, é possível estudar em cada uma das vias apresentadas (cf. Quadro 1), na perspectiva da HSCE, as práticas de escrita, em diferentes momentos, de acordo com Galvão (2010):

Quadro 1. Vias para se estudar a HSCE.

Vias	O que é possível estudar
1ª Instâncias ou instituições	Escola, família, cartórios, igrejas, comércio, cemitério...
2ª Objetos	História dos livros, dos manuais didáticos, dos diários, das cartas, jornais, revistas...
3ª Suporte	Impressos, manuscritos, tecnologias digitais.
4ª Sujeitos	Trajetórias individuais, familiares e sociais. História dos sujeitos analfabetos, história de grupos específicos (negros, mulheres, fazendeiros, escravizados, índios...)
5ª Modos de transmissão	Meios de produção e transmissão do escrito: considerar a oralidade: leitura individual, leitura compartilhada, leitura silenciosa.

Fonte: Produzido pelos autores a partir de Galvão (2010, p. 221-223).

Embora o foco da HSCE esteja na materialidade do escrito, o entrecruzamento com a Linguística e com a Filologia é possível também porque há uma estreita relação entre escrita e oralidade. Almada (2011, p. 39), fazendo referência a uma passagem de Francisco Rodrigues Lobo, em Corte na Aldeia, reproduz a definição do autor sobre o ato escrever: “O escrever não é outra coisa, mais que suprir com um instrumento por meio da arte e das mãos, o que com a voz se não pode exprimir e alcançar com os ouvidos [...]”. A concepção apresentada por ela indica que tal prática materializa, ao longo do tempo, a oralidade.

Isso posto, o testemunho escrito manifesta-se como elemento constituinte da linguagem que, segundo Burke (1992, p. 10), deve ser estudado, visto que faz parte da vida cotidiana, portanto “uma instituição social, parte da cultura”. Em outras palavras, a escrita, como prática social híbrida, constitui-se como parte do processo comunicativo de uma sociedade que não pode ser ignorada, já que carrega consigo “retratos do pensamento, e da fala.” (Bluteau, 1712, v.8).

Para Barreiros (2014, p. 35), do ponto de vista filológico, a HSCE colabora ao historicizar as diferentes formas que as culturas humanas usam para garantir a transmissão dos textos ao longo do tempo e, automaticamente, revelar as consequências socioculturais de tais práticas. Por sua vez, o testemunho preservado e transmitido, como ensina Telles (2016, p. 195), “(...) é resultado do uso do código de sinais que transpõe para o suporte material o ato comunicativo, é, sobretudo, um documento de fatos linguísticos capaz de revelar, também, o modo de vida de um povo”. Logo, compreende-se a cultura escrita como codificadora de tudo que é comunicado, ou seja, é a materialização dos sons e dos discursos usados na fala, portanto, a HSCE, ao tematizar as práticas e a materialidade do escrito, materializa também “vestígios da oralidade”, garantindo, assim, não só o diálogo com a Filologia, mas também com a Linguística, como reforça Magalhães (2003)

É a contribuição atual da linguística ao problema das diferenças entre os modos de comunicação, que busca abordar as complexas relações entre a oralidade e escrita como instâncias que são heterogêneas por si, porque há diversas formas de oralidade e de cultura escrita, que sempre se interpenetram; neste sentido, pode-se definir a oralidade como constitutiva do escrito, que se traduz como produto cultural essencialmente híbrido: o escrito se impõe como instância fundamentalmente dialógica e textual, a um só tempo, que reflete a fusão de gêneros orais e escritos, de temas e práticas de apropriação oriundos da tradição oral e escrita (Magalhães, 2003, p. 15-16).

Sendo o texto um documento de dados de língua e, por essa razão, um registro de indícios da oralidade, a HSCE contribui para a sócio-história da língua portuguesa ao “localizar o texto dentro de seu contexto histórico, material e cultural”, estudando as práticas de escrita como um produto social híbrido e recriando sócio-história de culturas e experiências socialmente localizadas (Hanna; Bastos, 2014, p. 16).

Foi este arcabouço teórico que se utilizou para a caracterização da produção escrita dos senhores do Campo Seco. Tomando como referência a análise do *Livro de Razão*, respondeu-se ao conjunto de perguntas propostas por Petrucci (2003), investigando os *scriptores* em suas vivências, através das instâncias de acesso, circulação e difusão da leitura e da escrita no interior baiano oitocentista.

A materialidade do escrito, o perfil dos scriptores e a comunidade: potencializando a fonte

O Livro de Razão do Campo Seco faz parte do banco de textos do Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CE-DOHS), do Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa (NELP) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Bahia, projeto parceiro do PHPB. Trata-se de um manuscrito proveniente do sobrado do Brejo do Campo Seco, em Bom Jesus dos Meiras, atual cidade de Brumado, no interior da Bahia. É um valioso testemunho escrito por três pessoas da mesma família, a saber: Antônio Pinheiro Pinto; Inocêncio Pinheiro Canguçu (filho de Antônio) e Miguel Joaquim de Castro Mirante (genro de Inocêncio), entre 1795 e 1838, no qual se registram, predominantemente, informações das atividades contábeis praticadas na fazenda do Campo Seco, no distante sertão de tempos idos. No entanto, há outros assentamentos referentes a receitas médicas, a patentes militares, à disputa judicial e ao processo de construção do sobrado, que mobilizou uma série de profissionais na região, além dos agentes de letramento responsáveis pela instrução de Inocêncio José Pinheiro Pinto.

A edição semidiplomática do documento composto por 195 fólios, realizada por Silva (2021), com base em critérios filológicos previamente definidos, especialmente seguindo as normas do PHPB, levantou uma questão crucial para a pesquisa com base na constituição de *corpora*: a representatividade da fonte. Como um manuscrito contábil, produzido por apenas três pessoas, em um intervalo de 45 anos, poderia fornecer informações sobre a sócio-história do português no sertão da Bahia? A saída para tal situação foi justamente instrumentalizar a edição e com o auxílio do aporte teórico-metodológico da HSCE reconstituir, a partir do testemunho linguístico e de outras fontes documentais, o perfil social dos dois principais *scriptores*, Antônio Pinheiro Pinto e o seu filho, Inocêncio Pinheiro Canguçu², e a estrutura social da comunidade onde viveram. Miguel Joaquim de Castro Mirante escreveu apenas uma frase no manuscrito, por isso não foi possível uma análise sobre ele.

O processo foi pautado na 2ª e 4ª vias propostas por Galvão (2010), respectivamente, a história dos objetos, no caso específico, o Livro de Razão; e a história dos sujeitos e suas vivências, isto é, o percurso individual de cada um dos *scriptores*. Seguindo as orientações de Castillo Gómez (2003, p. 116-122), fez-se a caracterização dos “tempos do escrito”, estabelecendo o período, as condições, contextos e circunstâncias em que o documento foi produzido.

² Inocêncio José Pinheiro Canguçu assina, ao longo do manuscrito, como Inocêncio Pinheiro Canguçu e Inocêncio José Pinheiro Pinto. Santos Filho (2012) explica que o termo “Canguçu” foi adotado pelo 3º senhor do Campo Seco em um em 1830, no período Imperial do Brasil, como uma forma de suprimir o nome de origem portuguesa.

Para dar conta da história do objeto, elaborou-se a configuração das características formais do documento, elencadas no Quadro 2.

Quadro 2. Características formais do Livro de Razão

Elementos	Descrição
Capa	Capas de papelão cobertas com um tecido pardo grosso. Na parte frontal inferior esquerda e direita, o fixador do tecido perdeu a aderência. O processo se repete na parte superior e nas extremidades, enquanto, na lombada, há o desaparecimento quase total do tecido;
Páginas	Presença de linhas indicando que as páginas foram costuradas. As páginas estão numeradas e rubricadas, frente e verso, até a página 122, por Antônio Pinheiro Pinto, assim: páginas ímpares têm a rubrica e a numeração no ângulo superior direito, enquanto páginas pares apresentam apenas a numeração no ângulo superior esquerdo.
Termo de abertura	Antônio Pinheiro faz a abertura assim: “Livro dos aSentos eRol dos que/ Medevem”. Do mesmo modo, há a identificação do titular responsável: “Este Livro he deAntonio Pinheiro Pinto” (linha 7); a nomeação do Livro: “Xamado Livro de Razão que consta dos/ meus Asen tos e Clarezas, seguidos da assinatura e ano “Antonio Pinheyro Pinto/ 1795”. Inocêncio Pinheiro Canguçu em 1822: “Dou principio a 27 de Dezembro de 1822”
Termo de encerramento	Miguel Joaquim de Castro Mirante: “Visto e Revisto que dou ao Fougo”
Papel usado	Declara Santos Filho (2012, p. 112) que é um artigo resistente e grosso, de superfície pouco polida, com linhas translúcidas deixadas pelo arame das formas usadas no fabrico do papel. Evidencia-se, para além das descrições de Santos Filho, que se trata de um papel de cor pardecinta, cujas linhas e a marca d’água não podem mais ser vistas sem o auxílio de recursos de ampliação da imagem.
Tinta utilizada	Tinta preparada com extratos de vegetais de coloração preta ou vermelha. A ação do tempo provocou, em certas folhas, a alteração da cor original para tons marrons e alaranjados.
Condições do suporte	Há um agravamento significativo em alguns fólhos em virtude de manchas causadas pela umidade, provocando o desaparecimento da escrita ou dificultando a leitura. É possível notar ainda ataques de insetos, manchas escuras, clareamento da tinta, manchas oriundas do excesso de tinta da página anterior e desgaste do suporte.
Pena	O tipo de pena utilizada pelos <i>scriptores</i> do Brejo do Campo Seco foi, segundo Santos Filho (2012, p. 111), a pena de aves, principalmente a de ganso, justamente porque eram mais flexíveis e deslizavam mais facilmente sobre a superfície do papel grosso sem borrá-lo.
Estrutura do texto	Não há apenas um modelo para registrar os assentamentos. As anotações são feitas em uma única lista ou em duas colunas e de forma mista ao longo da página. Nem todos os lançamentos apresentam a data. Em alguns casos, há a informação de saldo devedor ou de crédito. Também não havia um padrão para registrar os produtos. Na mesma página em que se anotava a dívida por compras de produtos como rapadura, farinha e carne, há notícias sobre empréstimos, venda de algodão, pregos, pano, chapéu, foice, etc.

Fonte: Produzido pelos autores.

Na etapa seguinte, os assentamentos produzidos pelos senhores do Campo Seco foram analisados com cautela. Buscou-se, como orienta Petrucci (2003), para além das características composicionais do suporte, extrair informações sobre o conteúdo contido neles. Os dados identificados estão organizados no Quadro 3.

Quadro 3. Sobre o conteúdo e o contexto de produção do Livro de Razão

Quem escreveu?	Antônio Pinheiro Pinto	Inocência Pinheiro Canguçu
O que escreveu?	Anotações contábeis, receitas médicas, negócios com escravos, familiares e fazendeiros da região, desastres climáticos, doações, informações sobre agricultura e pecuária.	Anotações contábeis, negócios com fazendeiros da região e com familiares, informações sobre agricultura e pecuária, demarcações de terras.
Quando escreveu?	Em diferentes datas entre 1795 e 1822.	Em diferentes datas entre 1822 e 1838, porém com datas bem espaçadas.
Onde escreveu?	Bom Jesus dos Meiras, atual Brumado.	Bom Jesus dos Meiras, atual Brumado.
Como escreveu?	Pena, tinta, papel.	Pena, tinta, papel.
Para que escreveu?	Registrar dívidas, débitos e créditos referentes às transações comerciais realizadas na fazenda, guardar informações diversas.	Registrar dívidas, débitos e créditos referentes às transações comerciais realizadas na fazenda.

Fonte: Produzido pelos autores.

De posse dessas informações, a pesquisa centrou-se nos indivíduos. O processo de escolarização dos fazendeiros indicados, localizado nos registros no Livro contábil da fazenda, apontou a existência de uma escolarização privada no sertão da Bahia. A investigação, lastreada por consultas a outras fontes documentais e bibliográficas, confirmou que os senhores do Campo Seco tiveram acesso às primeiras letras e outros estudos com o auxílio de professores contratados para instruí-los na fazenda. As informações encontradas sobre esse aspecto estão expostas no Quadro 4 a seguir.

Quadro 4. Processo de escolarização no Campo Seco

Tempo da aquisição	Antônio Pinheiro Pinto	Inocência Pinheiro Canguçu
Período em que se teve acesso à competência gráfica.	Ao que tudo indica, Antônio Pinheiro Pinto facultou ao filho os “conhecimentos então em voga e ministrados à maioria dos jovens estudantes: ler, escrever, contar, rudimentos de religião e latim (Santos Filho, 2012).	Dois professores atuaram na educação de Inocência Pinheiro Canguçu, que teve acesso aos estudos de primeiras letras aos 7 anos com o professor Tomas Jozé da Costa, aprendendo, nesta primeira etapa, leitura, escrita e contas. Posteriormente, aos 15 anos, ingressou nas chamadas Aulas de humanidades com o Padre e professor de Gramática Latina, Ignácio Ferreira da Silva, momento em que teve acesso aos conhecimentos de Latim, concluindo, então, o período dos Estudos Menores, conforme Stephanou e Bastos (2005, p. 182).

Fonte: Produzido pelos autores.

Baseando-se na leitura do manuscrito do Brejo, em consultas bibliográficas e documentais, foi possível, mesmo existindo algumas lacunas, constituir um perfil dos *scriptores*. Os Quadros 5 e 6 apresentam um microcosmo do perfil de Antônio Pinheiro Pinto e de seu filho, Inocêncio Pinheiro/Canguçu.

Quadro 5. Ficha biográfica do sriptor Antônio Pinheiro Pinto

DADOS PESSOAIS

Nome completo: Antônio Pinheiro Pinto

Filiação: Não localizamos informações.

Avós paternos/maternos: Não localizamos informações.

Naturalidade: Radicado em Caetité/BA **Nacionalidade:** Brasileira

Data de nascimento: Não localizamos informações. **Data de falecimento:** Novembro de 1822

Idade (quando da escrita do documento): Não se pode definir, pois não localizamos a data de nascimento.

Estado civil: Casado com Bibiana Maria de Jesus

Instituição de ensino: Não localizamos informações.

Grau de instrução: Não há informações específicas, mas sabe-se que recebeu a instrução elementar da época: ler, escrever, contar e rudimentos de religião e latim. Sobre a esposa também não se sabe o grau de instrução.

Profissão por formação: Não localizamos informações.

Principais atividades: Capitão de Milícia da Cavalaria de Minas de Nossa Senhora do Livramento do Rio de Contas/BA; Fazendeiro (criador e agricultor) e Comerciante.

Observações: Há referências a quatro irmãos: Joaquim Pinheiro Pinto (casado com Antonia Maria de Jesus); José Pinheiro Pinto (casado com Ana Francisca da Silva), genros de Miguel Lourenço de Almeida; Francisco e Silvério.

Fonte: SANTOS FILHO, Lycurgo. *Uma comunidade rural do Brasil antigo: aspectos da vida patriarcal no Sertão da Bahia, nos séculos XVII e XIX*. Salvador: UEFS: Fundação Pedro Calmon, 2012.

Fonte: Elaborado por Santos (2019) e pelos autores a partir do modelo de ficha extraído de Carneiro (2005).

Quadro 6. Ficha biográfica do scriptor Inocêncio José Pinheiro Canguçu

DADOS PESSOAIS	
Nome completo: Inocêncio José Pinheiro Canguçu	
Filiação: Antônio Pinheiro e Bibiana Maria de Jesus	
Avós paternos: Não localizamos informações	
Avós maternos: Miguel Lourenço de Almeida e Ana Francisca da Silva	
Naturalidade: Bom Jesus dos Meiras/BA Nacionalidade: Brasileira	
Data de nascimento: Ano de 1795 Data de falecimento: setembro de 1861	
Idade (quando da escrita do documento): entre 27 e 34 anos	
Estado civil: Casado com Prudência Rosa de Santa Edewirges, falecida em 1848.	
Grau de instrução: Teve acesso ao aprendizado da leitura, escrita, fazer conta e rudimentos de religião e latim.	
Instituição de ensino: Alfabetização com o Mestre Tomás José da Costa/ Aulas com o Padre Ignácio Ferreira da Silva.	
Profissão por formação: Não localizamos informações.	
Principais atividades: Fazendeiro; Tenente Comandante da Guarda Policial de Rios de Contas/BA e Vereador de Caetitê/BA.	
Observações: O nome de batismo do scriptor era Inocêncio José Pinheiro Pinto, porém ele mudou o sobrenome de “Pinto” para “Canguçu”, em 1830, no período Imperial do Brasil, como uma forma de suprimir o nome de origem portuguesa. Prudência Rosa de Santa Edewirges nasceu em Bom Jesus dos Meiras, era filha de Francisco de Souza Meira e Rita de Souza Meira.	
Fonte: SANTOS FILHO, Lycurgo. <i>Uma comunidade rural do Brasil antigo: aspectos da vida patriarcal no Sertão da Bahia, nos séculos XVII e XIX</i> . Salvador: UEFS: Fundação Pedro Calmon, 2012.	

Fonte: Elaborado por Santos (2019) e pelos autores a partir do modelo de ficha extraído de Carneiro (2005).

Entender a função social desempenhada pelos Senhores do Campo Seco na região também foi necessário na reconstituição da história individual desses sujeitos. São dois homens, proprietários de terras, no chamado Alto Sertão da Bahia, cuja influência ultrapassou os limites de suas propriedades. Sobre a atuação dos fazendeiros na região, foi possível descobrir o que se registra no Quadro 7.

Quadro 7. Papéis desempenhados socialmente

Antônio Pinheiro Pinto	Inocêncio Pinheiro Canguçu
Senhor de terras e de escravos	Senhor de terras e de escravos
Fazendeiro (criador de gado e agricultor) e comerciante.	Fazendeiro (criador de gado e agricultor).
Capitão de Milícia da Cavalaria de Minas de Nossa Senhora do Livramento do Rio de Contas/BA	Tenente Comandante da Guarda Policial de Rio de Contas/BA.
Não se envolveu diretamente em política	Foi vereador em Caetitê/BA.

Fonte: Produzido pelos autores.

Esses dois homens, pai e filho, em virtude das diversas atividades que desenvolveram na região, estavam atrelados a uma rede de dependência criada em torno deles. Por exemplo, a construção do sobrado na fazenda mobilizou um trânsito contínuo de diversos profissionais da área, além da presença de escravizados, outros trabalhadores rurais que ali viviam, e o próprio núcleo familiar de Pinheiro Pinto, como tios, primos, irmãos, cunhados, cunhadas etc. O Quadro 8 detalha alguns desses perfis socioprofissionais.

Quadro 8. Perfis profissionais atuantes no Campo Seco

Profissões	Profissionais do Campo Seco
Canteiro	Domingos Pereira
Capitão do mato	Não menciona o nome
Carpinteiro	Martinho José da Costa
Ciência	Desenhista
Feitor	Manoel Alves Vianna Manoel Martins Viana Manoel Matias Francisco Antônio - Italiano
Ferreiro	Vitorino Marques Tomas Rocha Ignacio Vieira Jerônimo
Letrado/ advogado	Luis
Marceneiro	Francisco Rocha Manoel Matias
Oleiro	Mestre Ignacio Lopes
Pedreiro	Mestre Ignacio
Pintor	José Antônio Pinto
Professor	Ignacio Ferreira Tomas José da Costa
Serrador	Antônio de Souza Manoel Rodrigue João Pereira
Tabelião	Luis
Tirador ³	José Antônio

Fonte: Produzido pelos autores com base nas anotações do Livro de Razão

A difusão social da escrita na fazenda do Campo Seco, para além da esfera comercial, esteve atrelada a outros contextos (cf. Quadro 9).

³ Profissional que retirava lenhas, madeira.

Quadro 9. A difusão social da leitura e da escrita nos domínios do Campo Seco

Esfera	Justificativa	Textos que circularam e/ou podem ter circulado na Fazenda
Militar	Antônio Pinheiro Pinto copiou no Livro de Razão todos os textos referentes à sua nomeação militar.	Nomeação de Antonio Pinheiro Pinto no posto de Capitão Regimento de Milícias de Rio de Contas. Termos de posse e juramento.
Medicina	Pinheiro Pinto copiou três receitas para curar doenças sexualmente transmissíveis no Livro de Razão.	Manuais médicos e/ou Almanagues.
Contábil	Bilhetes – Há um bilhete no Livro de Razão pedindo crédito para a compra de animais.	Recibos, listas de compras, notas promissórias.
Construção civil	Houve a contratação de um arquiteto para a construção do sobrado. (o Ciência)	Textos técnicos
Jurídica	Há registros de pagamento de um advogado e um tabelião, além de anotações sobre vendas de cartas de alforria.	Procurações, intimações, cartas de alforria, testamento da sogra de Pinheiro Pinto.
Pedagógica	Dois professores atuaram na Fazenda.	Material didático: cadernos, livros de leitura.
Religiosa	Batizados, casamentos e missas foram realizados na fazenda.	Textos litúrgicos, Bíblia, orações.

Fonte: Produzido pelos autores.

Em uma primeira análise, pode não representar uma novidade o percurso teórico-metodológico descrito ao analisar a produção gráfica dos senhores do Campo Seco, até porque os trabalhos na perspectiva da Linguística Histórica e da Sociolinguística Histórica, por exemplo, também coletam o máximo de informações sobre os indivíduos cuja escrita é o objeto de estudo.

Entretanto, um olhar meramente linguístico-filológico para o Livro de Razão do Campo Seco, apesar de 195 fólios, não seria viável do ponto de vista da representatividade da fonte por um elemento crucial: a quantidade de pessoas que escreveu no manuscrito. Como potencializar os dados de língua catalogados em uma amostra tão pequena? Nesse contexto, o arcabouço da HSCE, por meio do estudo das trajetórias individuais e da história do objeto, aperfeiçoa os resultados ao verticalizar as fontes. Ao reconstituir a relação entre os indivíduos e as suas práticas de escrita, foi possível vislumbrar o microcosmo da comunidade, com ênfase nas características da região, nos perfis sociais que circularam na fazenda, nos agentes de letramento e nos processos de penetração e difusão social da escrita nos longínquos espaços da colônia.

Para o pesquisador da história da língua, essas informações são importantes, pois são as mudanças na organização de uma sociedade “que geram novas relações interacionais nas quais, então, se geram processos de mudança linguística.” (Faraco, 2005,

p. 66). A fazenda estudada mostra-se como um espaço de intenso contato linguístico, basta observar o contingente populacional variado que circulou por ela – tropeiros, professores, padres, dentre outros –, que, certamente, tinham contato com pessoas de diferentes lugares, dando uma amostra da situação mais abrangente da região.


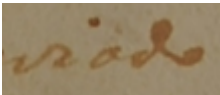
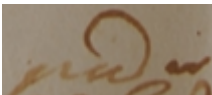
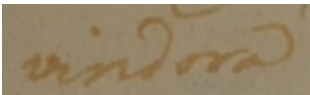
Além disso, a caracterização dos “tempos do escrito” (Castillo Gómez, 2003), na Fazenda do Campo Seco, possibilitou a identificação de dois professores, que atuaram na educação de Inocêncio Pinheiro Canguçu, e possíveis materiais de leitura e escrita usados no referido ambiente rural. Os dados mencionados enriquecem muito a caracterização do processo de escolarização dos indivíduos estudados e contribuem para a compreensão da polarização linguística do Brasil.

A face linguística do manuscrito: elementos para a sócio-história do português

A identificação dos fenômenos linguísticos provenientes de *corpora* devidamente controlados, por si só, já auxilia e muito o pesquisador na elaboração da sócio-história da língua. No Livro de Razão, da análise dos punhos de Antônio Pinheiro Pinto e Inocêncio José Pinheiro Pinto, catalogaram-se 223 ocorrências de traços fonetizantes na escrita para a análise.

À guisa de exemplo, expõem-se a seguir, no Quadro 10, alguns dados da lavra de Antônio Pinheiro Pinto.

Quadro 10. Representação grafofonética na escrita de Antônio Pinheiro Pinto.

Fenômeno	Ocorrências	Exemplos
Ditongação	02	 tr[ei]s
Elevação da vogal média pretônica [e] > [i]	149	 v[i]ado
Elevação da vogal média pretônica [o] > [u]	18	 p[u]der
Redução de ditongo	25	 vind[o]ra

Fonte: Produzido pelos autores

A elevação das vogais médias pretônicas e a redução de ditongos são os fenômenos predominantes na escrita de Pinheiro Pinto. Embora não seja possível, neste texto, examinar minuciosamente os dados grafofonéticos elencados, pode-se ter, através deles, uma perspectiva da língua falada na fazenda do Campo Seco e entrever

vestígios dessa língua na região, já que essa fazenda era um local no qual circulavam pessoas oriundas de diferentes partes da Província da Bahia.

Ao buscar evidências metalinguísticas de alguns fenômenos encontrados na escrita dos senhores do Campo Seco, em jornais do século XIX, constatou-se o conjunto de elementos indicados no Quadro 11.

Quadro 11. Amostra de evidências metalinguísticas de escrita fonetizante em periódicos do século XIX

	Gazeta do Rio (1808-1822)	Idade D'ouro da Bahia (1811-1823)	O Patriota (1813-1814)
Ditongação	Também	tãobem	tãobem
Elevação da vogal média pretônica	impréstimo Rigimento tizoura viado	dispeza impréstimo puder Semilhante viado	priguiça Semilhante tizoura
Redução de ditongo	Criolo Pexe	criolo ropa	-----

Fonte: Produzida pelos autores

Ampliou-se o confronto, observando os fenômenos em *corpora* distintos dos séculos XVIII ao XX. O Quadro 12 contém os dados.

Quadro 12. Representação grafofonética na escrita de Antônio Pinheiro Pinto.

Fenômenos grafofonéticos oriundos da escrita de Antônio Pinheiro Pinto – Século XIX – Bahia.	Documentos oficiais – Sec. XVIII Barbosa (1999)	Ilustres Letrados Sec. XIX Carneiro (2005)	Sertanejos inábeis Santiago Século XX (2019)
Ditongação	x	x	X
Elevação das vogais médias pretônica	x	x	X
Redução de ditongo	x	x	x

Fonte: Produzido pelos autores

Os fenômenos analisados no Quadro 11 são da lavra de Pinheiro Pinto e refletem como a observação de trajetórias individuais, lastreada por um arcabouço teórico consistente, pode fortalecer ainda mais a história da língua portuguesa. Não se podem abordar esses dados, ingenuamente, como uma representação global do português sertanejo, mas entendê-los como um microcosmo da realidade linguística local, pista para uma análise mais robusta, fundamentada em outros estudos.

A comparação dos fenômenos oriundos da grafia de Pinheiro Pinto com os documentos oficiais de Barbosa (1999) e as cartas de ilustres, editadas por Carneiro (2005), além das cartas dos sertanejos inábeis, da tese de Santiago (2019), atesta

indícios da difusão dos mesmos fatos linguísticos, no interior da Bahia, entre pessoas de classes sociais e níveis de escolarização diferentes. No tocante aos dados metalinguísticos encontrados nos jornais, especificamente em seções de anúncios, nota-se a presença dos dados localizados no Campo Seco. Esse aspecto valida a importância de estudos das histórias individuais e suas conexões, como ponto de partida para perceber aspectos de uma realidade ampliada, ou seja, o Campo Seco, em Bom Jesus dos Meiras, através dos escritos de seu Senhor, revelou-se como uma amostra do que possivelmente acontecia na região, nas áreas social, econômica, cultural e linguística.

Uma questão relevante merece destaque: o fator escolarização, conhecimento muito importante para a compreensão da polarização sociolinguística do Brasil. O estudo empreendido demonstrou que o conhecimento dessa condição e o levantamento de dados representativos da língua permitem fazer afirmações valiosas sobre a língua em uso de determinado grupo social. Por outro lado, fenômenos, como a redução de ditongos e a elevação das vogais médias pretônicas, foram encontrados na escrita de letrados e de inábeis; há de se considerar, nesses casos, as particularidades de cada grupo social e o contexto do manuscrito analisado, além das relações de simetria ou assimetria entre os interlocutores envolvidos no processo comunicativo, materializado pelo manuscrito ou impresso, fonte do estudo. Essas relações foram captadas e controladas na Fazenda do Campo Seco, sob o esteio da História Social da Cultura, dando maior confiabilidade ao estudo realizado.

Para finalizar...

Chega-se ao final deste texto ciente de que a discussão proposta e aplicada no estudo realizado com o manuscrito do Campo Seco – Livro de Razão –, à luz dos estudos linguístico-filológicos e da HSCE, ainda requer muito aperfeiçoamento, entretanto as reflexões constituídas ao longo deste trabalho já apontam alguns caminhos produtivos, a saber:

O diálogo entre a HSCE e os estudos linguísticos torna-se muito produtivo, pois as histórias individuais são consideradas como um elemento fundamental na tentativa de se compreender a formação do mosaico linguístico brasileiro, já que elas podem indicar conexões e indícios capazes de descortinar novas realidades ou confirmar a incidência de determinado fenômeno linguístico, como os casos do alteamento da vogal média pretônica predominante na escrita de Pinheiro Pinto. Além disso, captar as relações existentes entre o sujeito e a comunidade na qual ele se insere é primordial para suprir lacunas e vislumbrar possíveis contatos linguísticos.

Do ponto de vista linguístico-filológico, a interface com a HSCE colabora para aspectos cruciais aos estudos da língua: a identificação de quem escreveu, sua posição na comunidade e o problema da representatividade da fonte. O arcabouço teórico-metodológico da HSCE, ao focar na relação entre escrita, indivíduo e a comunidade, evidencia as diferentes formas utilizadas pelas culturas humanas para

transmitir mensagens, captando, através das interações, vestígios de uma realidade ampliada, como se fez ao analisar as práticas de escrita no Livro de Razão, em Bom Jesus dos Meiras, na Bahia oitocentista.

O processo de escolarização, elemento determinante para a compreensão da polarização linguística, atrelado ao arcabouço da HSCE, mostrou-se como uma variável ainda mais eficiente no processo de análise de dados de língua extraídos de textos escritos, quando os fenômenos são comparados, considerando a posição do indivíduo na sociedade, as relações entre os interlocutores, a circulação do fenômeno em textos oriundos de mãos inábeis e em fontes metalinguísticas da época, como foi aplicado no estudo do Livro de Razão e seus scriptores.

Referências

- ABREU, Ricardo Nascimento. *A escolarização linguística como projeto de civilização: o ensino de língua portuguesa na província de Sergipe, na primeira metade do século XIX, através do método lancasteriano*. 2011. 250 f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguísticas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.
- ALMADA, Márcia. *Das artes da pena e do pincel: caligrafia e pintura em manuscritos no século XVIII*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.
- BARBOSA, Afrânio Gonçalves. *Para uma história do português colonial: aspectos linguísticos em cartas do comércio*. 1999. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- BARREIROS, Patrício Nunes. Novas práticas culturais da escrita, novas perspectivas da Crítica Textual: rumo às hiperedições. *Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, v. 16, p. 31-62, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/flp/article/view/83492>. Acesso em: 05 abr. 2021.
- BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez e latino: aulico, anatômico, architectonico*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. 8 v.
- BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter. (org.). *A Escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992. p. 7-37.
- CAMBRAIA, César Nardelli. Crítica textual. In: GONÇALVES, Adair Vieira; GÓIS, Marcos Lúcio de Sousa (org.). *Ciências da linguagem: o fazer científico?* Campinas: Mercado das Letras, 2012. p. 293-319.
- CARDONA, Giorgio R. *Storia universale della scrittura*. Milano: Mondadori, 1986.
- CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais. *Cartas brasileiras (1809-1904): um estudo linguístico-filológico*. 2005. 4 v. 2.329 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2005.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. Historia de la cultura escrita - ideas para el debate. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 5, p. 93-124, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38710>. Acesso em: 15 maio 2019.

CORPUS CE-DOHS. *Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão* (FAPESB 5566/2010 - Consepe UEFS 202/2010). Corpus, 2010. Coordenado por Zenaide de Oliveira Novais Carneiro e Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda (UEFS). [Projeto Vozes do Sertão em Dados: história, povos e formação do português brasileiro]. (CNPq. 401433/2009-9 - Consepe UEFS 102/2009). (CNPq. Processo 401433/2009-9/Consepe: 102/2009).

DAMATTA, Roberto. A dualidade do conceito de cultura. *Jornal Estado de São Paulo*, São Paulo, 20 maio 1999.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

FARACO, Carlos Alberto. Aspectos da história socioeconômica e linguística do Brasil. *Diadorim*, Rio de Janeiro, v. 20, p. 23-52, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/diadorim/article/view/23262>. Acesso em: 20 jun. 2021.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Histórias das culturas do escrito: tendências e possibilidades de pesquisa. In: CARVALHO, Gilcinei Teodoro; MARILDES, Marinho (org.). *Cultura escrita e letramento*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 218-248.

HANNA, Vera Lúcia Harabagi; BASTOS, Neusa Barbosa. Entrelaçando historiografia linguística, história do presente, estudos culturais: um desafio. In: *XVII Congreso Internacional Asociación de Lingüística y Filología de América Latina (ALFAL)*, Paraíba, Brasil, 2014.

HOUAISS, Antônio. *O português no Brasil*. Rio de Janeiro: UNIBRADE, 1985.

LABOV, W. Building on empirical foundations. In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (ed.). *Perspectives in Historical Linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 1982. p. 17-82.

LEWIS, Jeff. *Cultural Studies: The Basics*. London: SAGE Publications Ltd, 2006.

LOBO, Tânia Conceição Freire. Arquivos, acervos e a reconstrução histórica do português brasileiro. In: OLIVEIRA, Klebson; CUNHA E SOUZA, Hirão Fernandes; SOLEDADE, Juliana (org.). *Do português arcaico ao português brasileiro: outras histórias*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 305-327.

LOBO, Tânia Conceição Freire. A linguística histórico-diacrônica no Brasil pós-década de 1980 e a questão do contato. *Diadorim*, Rio de Janeiro, v. 20, p. 64-80, 2018.

LOPES, Célia Regina dos Santos; MARCOTULIO, Leonardo Lennertz; BASTOS, Mário Jorge da Motta; OLIVEIRA, Thiago Laurentino. *Olhares sobre o português medieval: Filologia, História e Língua*. Rio de Janeiro: Editora Vermelho Marinho, 2017.

LUCCHESI, Dante. Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolinguística do português do Brasil. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, n. 1, p. 17-28, 1994.

LUCCHESI, Dante. Norma Linguística e Realidade Social. In: BAGNO, Marcos (org.). *Linguística da Norma*. São Paulo: Loyola, 2004. p. 63-92.

MAGALHÃES, Suzana Marly da Costa. Oralidade e Cultura Escrita na Abordagem da História da Alfabetização. *O público e o privado*, v. 1, n. 2, p. 11-19, 2003. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/2706>. Acesso em: 28 set. 2020.

- MAIA, Clarinda. Linguística Histórica e Filologia. In: LOBO, Tânia et al. (org.). *Rosae linguística histórica, história das línguas e outras histórias*. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 533-541.
- MARTIN, Robert. *Para entender a linguística: epistemologia elementar de uma disciplina*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004.
- PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. Linguística histórica. In: PFEIFFER, Claudia Castellanos; NUNES, José Horta (org.). *Introdução às ciências da linguagem: linguagem, história e conhecimento*. Campinas: Pontes, 2006. p. 11-48.
- PETRUCCI, Armando. *La ciencia de la escritura: primera lección de paleografía*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2003.
- SANTIAGO, Huda da Silva. *As mãos inábeis*. 2019. 722 f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.
- SANTOS, Elaine Brandão. *O livro do gado do brejo do Campo Seco (Bahia): edição semi-diplomática e descrição de índices grafo-fonéticos*. 2019. 314 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2019.
- SANTOS FILHO, L. *Uma comunidade rural do Brasil antigo: aspectos da vida patriarcal no Sertão da Bahia, nos séculos XVIII e XIX*. Feira de Santana e Salvador: UEFS Editora e Fundação Pedro Calmon. 2012.
- SANTOS, Rosa Borges dos. A Filologia Textual e a Linguística. *Revista Cadernos do CNLF*; v. 10, n. 9, p. 37-50, 2006.
- SILVA, Adilson. *O Sertão por escrito no Livro de Razão: um microcosmo sócio-histórico e linguístico da Bahia rural oitocentista*. 2021. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.
- STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (org.). *Histórias e memórias da educação no Brasil: século XIX*. Petrópolis: Vozes, 2005. v. 2.
- TELLES, Célia Marques. Textos escritos por mãos inábeis, sua importância para o estudo da fonologia. In: ALMEIDA, Aurelina Ariadne Domingues; SOUZA, Arivaldo Sacramento de; ALMEIDA, Isabela Santos de; SANTOS, Rosa Borges dos; DUARTE, Rosinês de Jesus (org.). *Estudos Filológicos: Linguística Românica e Crítica Textual*. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 195-214.
- VIÑAO FRAGO, Antonio. Por una historia de la cultura escrita: observaciones y reflexiones, *SIGNO: Revista de Historia de la Cultura Escrita* n. 3, p. 41-68, 1996.
- XAVIER, Antonio Carlos; CORTEZ Suzana (org.). *Conversas com linguistas: virtudes e controvérsias da linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003. 200 p.